



# **Câmara Municipal de Ubá**

ESTADO DE MINAS GERAIS

## **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJR):**

### **Novo Regimento Interno da Câmara Municipal de Ubá**

**PARECER Nº 56**, de 08 de maio de 2023.

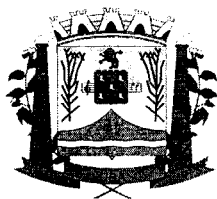
**OBJETO:** Projeto de Lei Ordinária nº 030/2023, que "Institui as diretrizes de subsídio tarifário e da concessão de gratuidades e descontos ao Serviço de Transporte Público Coletivo."

**AUTORIA:** PREFEITO EDSON TEIXEIRA FILHO

#### **1- RELATÓRIO**

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa do poder executivo, que, em substituição ao projeto de lei nº 13/2023, instituir as diretrizes de subsídio tarifário e da concessão de gratuidades e descontos no Serviço de Transporte Público Coletivo, no Município de Ubá.

A presente proposição, após passar pela discussão nesta Comissão, entrará em pauta observando os termos regimentais, em Sessão Ordinária ou Extraordinária. Cumpre informar que caso sejam apresentadas emendas após a apresentação deste parecer, com fulcro no art. 99 do novo RICMU, essas não serão analisadas por essa comissão.



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Desse modo, seguindo os ditames regimentais, vem a esta comissão o projeto em questão, a fim de ser apreciada quanto aos seus aspectos constitucional, legal e jurídico, com fulcro no artigo 41 do novo Regimento Interno da Câmara Municipal de Ubá (Resolução 1/2022):

***Art. 41. Compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se sem prejuízo dos assuntos específicos das demais comissões, sobre todos os assuntos quanto ao aspecto constitucional, legal ou jurídico e quanto à forma técnico-legislativa e de linguística das proposições e:***

***I - manifestar sobre todas as matérias e proposições em tramitação na Câmara;***

***II - fazer a redação final das proposições que sofrerem modificações em Comissão ou em Plenário.***

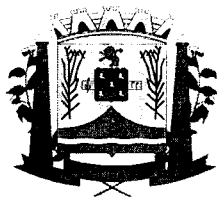
***(...)***

Feito o relatório, passa-se a opinar.

## I- FUNDAMENTAÇÃO

O projeto reúne condições para prosseguir em tramitação, encontrando fundamento no art. 77, caput, da Lei Orgânica Municipal de Ubá, segundo o qual a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara, ao *Prefeito Municipal* e aos Cidadãos.

Quanto à competência legislativa municipal, segundo prevê a Constituição da República, em se tratando de *interesse local*, tem o município competência para *suplementar a legislação federal e estadual no que couber*. É o que prevê o artigo 30, incisos I e II da CRFB e a Lei Orgânica Municipal art. 21, incisos I e II. Dispõe, ainda, a Magna Carta acerca de sua competência material:



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## *Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

*II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;*

*(...)*

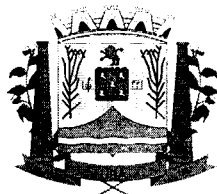
*V – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;*

*(...)*

Conforme observa-se com a transcrição acima, ao ente municipal compete a concessão ou permissão do serviço de transporte coletivo intramunicipal, e para que tais ações sejam possíveis, é necessária a regulamentação do funcionamento dos sistemas instituídos pelo poder concedente e que possibilitam a prestação do serviço público de transporte coletivo mediante concessão.

Nesse escopo, a proposição em epígrafe visa atender às diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, instituída por intermédio da Lei Federal nº 12.587/2012, estabelecendo subsídio tarifário, entendido, conforme a mensagem nº 12, de 31 de março de 2023, como “aporte financeiro para custeio do serviço de transporte coletivo público de passageiros, com a finalidade de diminuir ou isentar o valor da tarifa pública cobrada dos usuários, fazendo prevalecer o interesse público, além de assegurar a modicidade das tarifas, priorizando o transporte coletivo urbano de passageiros e promover a melhoria da mobilidade das pessoas nos deslocamentos dentro do território municipal.”

Nesse escopo, entende este Relator que as diretrizes propostas a fim de possibilitar a instituição do subsídio tarifário e a utilização dos recursos recebidos, não constituem nenhum vício formal ou material de constitucionalidade ou legalidade.



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Por estes fundamentos, este Relator entende que o projeto de Lei em referência é formalmente legal e constitucional, além de atender aos requisitos constitucionais e legais relativos à matéria. O mesmo encontra-se em harmonia como os princípios gerais da Administração Pública e demais normas de Direito Constitucional. E ainda, o projeto está redigido em boa técnica legislativa.

Quanto ao *quórum de aprovação* o Regimento Interno da Câmara Municipal de Ubá disciplina que as deliberações do Plenário, regra geral, serão tomadas por *maioria simples* em turno único de votação, com fulcro no Art. 72, c/c art. 83 do novo RICMU.

## II- CONCLUSÃO

Portanto, resta claro, em vista do exposto, que ao se levar em conta a temática abordada, o projeto se encontra apto à tramitação, tanto em seu aspecto formal quanto material, estando em perfeita harmonia com os dispositivos da Constituição Federal, Constituição Estadual de Minas Gerais, Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 201/2019 e Regimento Interno desta Casa.

Logo, o parecer é pela **constitucionalidade e legalidade** Projeto de Lei nº 030/2023. Informa-se ainda que lei ordinária será apreciada em *turno único de votação* e sua aprovação depende de *maioria simples* da Câmara Municipal (Art. 72, c/c art. 83 do novo RICMU).

Ubá, 8 de maio de 2023.

  
GILSON FAZOLLA PILGUITAS  
RELATOR



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## MANIFESTAÇÃO DO(A) RELATOR(A):



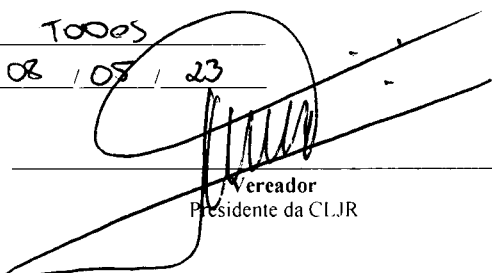
Aprovado



Rejeitado

Por: T0003

Em: 08 / 05 / 23

  
\_\_\_\_\_  
Vereador  
Presidente da CLJR